

O poeta e a cidade no mundo romano

Cristina Pimentel, José Luís Brandão,
Paolo Fedeli (coords.)

**REGRESSAR AO PASSADO NA ROMA CRISTÃ:
HISTÓRIA E IDEOLOGIA NO *PANEGÍRICO PELO SEXTO CONSULADO
DE HONÓRIO***

RODRIGO FURTADO
Universidade de Lisboa
Centro de Estudos Clássicos

1. O dia 1 de Janeiro de 404 não foi um dia normal em Roma: ao longo da Via Flamínia acotovelava-se uma multidão que esperava ver o imperador que regressava à Cidade. Muito longe iam os dias em que o príncipe vivia (quase) sempre em Roma. Desde os tempos em que Nepociano, no ano 350, há mais de cinquenta anos, se tinha proclamado imperador na cidade do Tibre, nunca mais nenhum dos príncipes tinha elegido o Lácio para viver. Nepociano não era sequer um bom exemplo: fora morto por um outro autoproclamado imperador antes de completar um mês de governo. Antes dele, ter-se-ia de recuar a Maxêncio, nos tempos da tetrarquia militar de há quase um século, para encontrar um imperador que tivesse vivido no Lácio durante uma boa meia dúzia de anos, neste caso entre 306-312 – não havia por certo ninguém vivo que recordasse tais tempos. Desde que Constantino, o Grande, preferira as sedes do Reno e, depois, a soalheira cidade do Corno de Ouro, nunca mais um imperador se estabelecera no Palatino, com o seu gigantesco palácio vazio de gente. Desde então, em cerca de cem anos, e descontando o infeliz caso de Nepociano, os imperadores tinham voltado à Cidade apenas sete vezes, e sempre em visita; nunca mais para ficarem (Barnes 1975). A última vez fora em Setembro de 394, depois de o grande imperador Teodósio ter vencido o ‘usurpador’ Eugénio, no último sobressalto militar pagão contra os novos tempos cristãos.

Ora, Honório, assim se chamava o imperador que regressava agora à Urbe, era o filho mais novo daquele Teodósio, um hispânico que lograra a púrpura nas terras do Bósforo, para depois estender o seu poder também pelo Ocidente. Não era a primeira vez que Honório vinha a Roma: tinha acompanhado o pai em 389 (*VI Cons. Hon.* 54-76, 425. Cf. Cameron 1969 260, n. 25), na primeira visita que este aí fizera, quando do triunfo celebrado depois da vitória sobre Máximo, outro usurpador com ligações à Urbe. No entanto, nessa visita Honório era demasiado pequeno para se recordar de muita coisa: tinha então à volta de cinco anos. Agora, tinham-se passado quase outros quinze; e já há nove que Honório era imperador; nessa qualidade, nunca até então tinha arranjado tempo ou vontade para visitar a Cidade. Não porque vivesse longe – normalmente, sediava em Milão, a escassos seiscentos quilómetros a norte do Tibre. Mas, na época, Roma não tinha qualquer verdadeira importância

política; já não era apenas o poder que poderia ser tomado em qualquer outro local fora da Urbe – era o poder que era exercido fora de Roma e apesar de Roma.

Ainda assim, a Urbe mantinha muito do prestígio de outrora – por metonímia, continuava ainda a designar todo o Império; era a sua cidade mais populosa, pelo menos na metade ocidental do Mediterrâneo; e aí se mantinha o antigo senado, com as famílias mais ricas de todo o mundo conhecido, que ainda forneciam muitos dos quadros da administração imperial. O senado tinha enorme prestígio, mas fraca relevância política desde que o eixo do Império se deslocara para o Norte de Itália e para o Oriente. E já ninguém passava por Roma; tinha de se desviar para lá ir. Era o que fazia agora Honório para a investidura formal do seu sexto consulado. Nenhum dos outros cinco consulados merecera tal honra – até o consulado podia agora ser assumido noutras cidades; esta visita era claramente uma exceção.

Mas, havia uma boa razão para este regresso a Roma: no ano anterior, tinham sido derrotados Alarico e os seus Godos, que haviam constituído a maior ameaça externa em solo itálico em quinhentos anos, desde os Cimbros e Teutões dos finais do século II a.C. Alarico atravessara os Alpes Julianos em 18 de Novembro de 401: no *De bello Getico*, canta-se a comoção sentida pela população em Milão e na Itália (Claud., *Get.* 213–219; Prud. *c. Symm.* 2. 700; Jer., *In Rufinum* 3. 21); em Roma, os senadores mandaram reforçar à pressa a já vetusta muralha de Aureliano (*CIL* 6.1188, 1189, 1190). No domingo, 6 de Abril (e era um grande domingo aquele dia, porque se celebrava a Páscoa), o general Estilício enfrentou Alarico em Polência, e, seja devido ao valor das legiões, seja porque Alarico (que era um bom cristão ariano) se recusou a combater em dia santo, a verdade é que os Godos recuaram; em Junho do ano seguinte (Barnes 1976 376), em Verona, Estilício empurrará Alarico de volta para a Ilíria. A Itália parecia a salvo.

O regresso de Honório a Roma inseria-se, pois, num contexto em que era necessário tranquilizar a muito preocupada aristocracia da Urbe e continuar a assegurar a sua lealdade ao jovem imperador. Estilício antecederá o príncipe em Roma logo a seguir à batalha de Polência; no final de 403, era Honório que aceitava ser de novo cônsul e, para prestigiar a Cidade, dignara-se vir celebrar o seu (!) triunfo sobre Alarico em Roma e aí revestir as insígnias consulares, como era da tradição.

Naquele dia, pois, os Romanos acotovelavam-se para assistir ao cortejo consular (*processus consularis*) que, durante tantos séculos, tinha sido costume organizar quando da investidura dos novos cônsules, no primeiro dia do ano (*VI cons. Hon.* vv. 543–544). Por isso, não é de estranhar que ao longo dos últimos cinco quilómetros da Via Flamínia a multidão tivesse ocupado todos os espaços vazios, à beira da estrada, nos terraços ou nas poucas janelas que

costumavam sulcar as casas romanas (vv. 543-550). Os senadores tinham ido esperar o príncipe: orgulhosos do seu estatuto e fundados nas suas origens, eram multimilionários que incluíam homens da corte do Imperador, que só vinham a Roma de tempos a tempos, e aristocratas que viviam na Urbe a tempo inteiro, sem prejuízo das temporadas de serviço administrativo e militar em alguma província do Império, ou dos tempos de ócio nas *vilas* da Toscana ou do sul da Itália. Mal sabiam eles que se preparavam para participar no último triunfo que qualquer imperador romano celebraria em Roma.

Contudo, não se assistia apenas ao regresso dos cortejos consulares à Cidade; Honório procurou também comportar-se como um cidadão, à maneira do grande Trajano, ainda o modelo do *optimus princeps* para a Urbe. Por isso, chegado à Cidade, não permitira que os «pais» do Império caminhassem à sua frente como determinava o orientalizado e distanciador protocolo imperial, mas fora conduzido entre eles, numa proximidade que os Romanos apreciavam (vv. 550-551). Além disso, a população da Cidade queria ver o imperador de perto e interagir com ele (em Milão ninguém se lembraria de ideia tão bizarra).

Não há muitas fontes que permitam documentar esta visita de Honório – como, de resto, qualquer uma das vistas de anteriores imperadores, com a exceção da de Constâncio II, cuja deslocação ao Lácio em 357 foi descrita por Amiano Marcelino (Amm. 16.10.1-17). Nem sequer na numismática surge uma qualquer cunhagem com a epígrafe ADV(entus) AVG(usti), por exemplo. Apenas uma moeda de Honório, com o seu irmão Arcádio, imperador no Oriente, e Teodósio II, filho de Arcádio, datada de entre 402 e 408, se refere a VRBS ROMA FELIX, pelo que pode talvez estar relacionada com esta visita (LRBC 62). De qualquer modo, o relevo político desta viagem (como as dos antecessores de Honório) era por certo curto. Contudo, não o era o ideológico.

A única fonte que nos permite saber alguma coisa sobre esta visita é um panegírico em verso, da autoria do poeta ‘oficial’ da corte de Milão, o alexandrino Claudiano: refiro-me ao *Panegírico pelo sexto consulado de Honório*.

2. É um egípcio de língua grega (Claud. *c. m.* 41.13-14) este poeta da corte de Honório, onde se comunicava inteiramente em latim e onde deviam ser poucos os que compreendiam alguma coisa da língua de Homero.

O Egipto era o maior alfofre de poetas de todo o Mediterrâneo do século IV (Cameron, 1965). Era a região culturalmente mais dinâmica de todo o Império – e não somente Alexandria, mas mesmo as regiões mais a sul, da soalheira Tebaida. Historiadores, teólogos, matemáticos, filósofos nascem ou passam pelo Egipto; e praticamente todos os poetas de língua grega dos séculos IV e V por aí passaram ou aí viveram, como profissionais, procurando agradar a patronos endinheirados e concorrendo nos jogos e festivais que ainda pululavam em qualquer cidade do Mediterrâneo oriental que se prezasse

(Cameron 1965). Como diz Eunápio, os Egípcios eram loucos por poesia (*Vit soph.* 10.7.12). E Claudiano era daqui.

De qualquer modo, Claudiano era uma *avis rara*. De facto, que um Grego soubesse algum latim, e ainda para mais com o grau de mestria que a sua poesia apresenta, seria suficiente para ser considerado um homem excepcional: como diz Dewar, ‘a prosódia de Claudiano é mais apuradamente clássica do que a de qualquer poeta latino dos séculos III-IV’ (Dewar 1996 liii). Isso é tanto mais estranho quanto, para os Gregos cultos do Mediterrâneo Oriental, o latim era normalmente mais uma das línguas que lhes soava como *bar-bar-bar*. Até mesmo um imperador culto como o famoso Juliano tinha tido apenas um domínio ‘suficiente’ de latim (Amm. 16.5.7).

De qualquer modo, é claro que se aprendia algum latim no Oriente: para os muito poucos que queriam participar na vida política, militar ou judiciária do Império (e para quê, se tinham as suas *poleis?*), o latim tinha alguma importância. O deserto egípcio permitiu que sobrevivessem papiros de Cícero, Salústio, Vergílio ou Juvenal; e que se tenha conservado um delicioso exercício de escola de um aluno egípcio que procurou reescrever num latim correcto parte da célebre descrição do friso do templo de Juno no primeiro canto da *Eneida* (1.477-493; cf. Moore 1924). Cristodoro, outro poeta egípcio, refere explicitamente a *Eneida* (*Anth. Pal.* 2.414) e o célebre Nono parece imitar Ovídio (Cameron 1970 20). Olimpíodoro, um poeta e historiador greco-egípcio, também visita Roma (Matthews 1970). Contudo, nunca deve ter escrito uma linha em latim. E há também o importantíssimo Amiano Marcelino, o maior historiador do século IV, um Grego de Antioquia no Orontes, que vive no Ocidente e escreve a sua *História* em latim. Mas, apesar destas honrosas excepções, elas são isso mesmo, excepções.

Pouco ou nada se sabe sobre a carreira de Claudiano, antes de 394. Ainda em Alexandria, compôs uma *Gigantomachia* em Grego (*c.m.* 53). Alan Cameron admite que tenha também cantado *Patriai* (poemas dedicados à fundação de cidades) em Beirute, Tarso, Anárzabo (na Cilícia) e Niceia (*Anth. Pal.* 1.19; cf. Cameron 1970 8-11, 26). Perderam-se. Se Claudiano cantou estas *Patriai*, significa que, ao deixar o Egipto, deve ter rumado por terra à Fenícia e daí à Cilícia, para depois, atravessando a Ásia Menor, se abeirar de Constantinopla. Para um poeta de língua grega à procura de patrono, a cidade do Corno de Ouro devia parecer um mundo de oportunidades. E, de facto, depois dele, pelo menos Ciro (*PLRE* 2.336-339) e Pamprépio de Panópolis (Asmus 1913) hão-de ganhar fama na cidade do Bósforo, nas cortes de Teodósio II e de Zenão, respectivamente. Contudo, Claudiano, não.

No final de 394, ele já estava em Roma: continuava à procura de um rico patrono. E desta vez conseguiu-o, junto da família cristã dos Anícios, estirpe de cônsules e de prefeitos do pretório, no momento em que dois dos

seus jovens, Olíbrio (*PLRE* 1.639-640, ‘Anicius Hermogenianus Olybrius 1’) e Probino (*PLRE* 1.734-735, ‘Anicius Probinus 1’), conseguiam o apoio imperial para se tornarem cônsules ordinários para o ano 395. Foram eles que encomendaram a Claudiano o seu primeiro trabalho (conhecido) em latim – compor um panegírico em verso para a sua investidura consular. E que tarefa! Os dois rapazes nunca tinham feito nada e apenas tinham merecido o favor de Teodósio por serem Anícios e cristãos. Apesar disso, o *Panegírico pelo consulado de Olíbrio e Probino* revelou-se um êxito.

Em 395, Claudiano estava já em Milão, na corte do pequeno imperador, então de dez anos, Honório (Teodósio morreu em 17 de Janeiro de 395), inserido no círculo do poderosíssimo Estilício (*PLRE* 1.853-858, ‘Flavius Stilicho’). Este último era filho de um Vândalo; conseguira casar com Serena, a sobrinha preferida de Teodósio, e assim entrar na família imperial. Com a morte de Teodósio, Estilício tornara-se regente da criança que era imperador.

O panegírico de Olíbrio e Probino deve, de facto, ter causado muito boa impressão, porque, quando o imperador Honório foi designado cônsul (e já pela terceira vez durante a sua curta vida) para o ano 396, coube a Claudiano fazer o seu panegírico; e depois, em 398, pelo quarto consulado do príncipe; e ainda, de novo, pelo casamento entre o imperador e a filha mais velha de Estilício, Maria, que ocorreu em Fevereiro de 398. Como mostrou Alan Cameron (1970), não era tanto a Honório que Claudiano pretendia (e devia) agradar em qualquer dos seus poemas. Quem mandava era Estilício e, por isso, não é de estranhar que, já desde o *Panegírico pelo Terceiro consulado de Honório*, Estilício surja como a principal personagem a elogiar (cf. O’Flynn 1983).

3. Como é fácil de ver, Claudiano ganhou experiência em panegíricos. Mas, quando, em 404, compôs o *Panegírico pelo sexto consulado de Honório*, deve ter sido uma espécie de regresso ao passado: é que, tal como o primeiro panegírico que Claudiano compusera em latim, também este seria recitado na Cidade do Tibre. Recordo que, quando chegara a Roma em 394, Claudiano era apenas um poeta promissor. A sua fama acabara por lhe granjear o título de *uir clarissimus*, permitindo que ele atingisse o lugar mais alto a que poderia ambicionar – pertencer ao senado de Roma. Talvez para celebrar esta promoção, o próprio senado dedicara-lhe uma estátua no mais espectacular dos *fora* romanos, o enorme *forum* de Trajano: a inscrição chegou até nós (*CIL* 6.1710) – Claudiano é apresentado como *uir clarissimus, notarius e tribunus*.

Compor um panegírico significava, antes de mais, entrar no domínio da convenção e do artifício. O *Panegírico pelo Quarto consulado de Honório*, também de Claudiano, é mesmo considerado um exemplo perfeito do *Basilikos logos*, o discurso em honra do governante (Cameron 1965 478, n.5). É claro que o discurso que celebrava um consulado não era bem a mesma coisa do que um texto sobre

o *basileus*; contudo, os teóricos da retórica antiga não pareciam fazer a distinção. Na época de Claudiano, o texto mais conhecido que ensinava como organizar um discurso em honra de alguém era o manual de retórica de Menandro retor (Russell & Nilson 1981, ed.). E Claudiano segue a grelha com eficácia: no *Panegírico pelo sexto consulado* encontramos uma ‘introdução’ (vv. 1-25; *prooimion*), o elogio da linhagem de Honório (vv. 25-64; *gens/genesis*), a referência à sua educação (vv. 65-100; *natrophê*), o desenvolvimento dos seus feitos (vv. 101-648; *praxeis*) e o epílogo (vv. 649-60; *epilogos*)¹. Naturalmente, a parte mais desenvolvida é a dos feitos do Imperador: aqui são tão óbvios os tons épicos que Dewar sugere que pelo menos uma parte destes ‘feitos’ possa ter originalmente sido elaborada para um poema épico, talvez para o segundo livro do *De bello Getico* do mesmo Claudiano, que nunca se chegou a compor (Dewar 1996 xxviii).

*

Este é, pois, o contexto em que decorre a *actio*, ou seja, a declamação do *Panegírico pelo sexto consulado de Honório*. E é numa perspectiva histórica que me quero manter. O objectivo inicial deste trabalho era o de comentar a prosopopeia de Roma neste poema (356-493). Não é a única na obra de Claudiano. Roma aparece com as vestes de Minerva logo no *Panegírico pelo consulado de Olibrio e Probrino* (75-173), como faminta e esquelética no *Da guerra contra Gildão* (17-122), como anciã veneranda no *Contra Eutrópio* (vv. 1.371-513), ou a dirigir-se em nome das restantes regiões da terra ao próprio regente no *Panegírico pelo consulado de Estilício* (2.223-407). A tarefa, no entanto, revelou-se pouco proveitosa. De facto, o comentário à prosopopeia de Roma no *Panegírico pelo Sexto consulado* foi magistralmente conseguido há já quinze anos por M. Dewar (1996). Pelo contrário, pareceu-me do maior interesse debruçar-me sobre um problema histórico-cultural que releva da presença de Honório em Roma e do contexto ideológico em que Claudiano o insere. Neste ambiente, Poeta, Cidade e Imperador surgem de forma particular.

4.

‘Se áureos templos os antigos dedicavam à *Fortuna Regressada*
Quando do retorno dos generais, nunca mais digno foi que
mercidamente esta deusa solicitasse amplos santuários
do que agora quando, de igual modo, a sua majestade restaurou
as trabeas e a Cidade’.

Claudiano, *Pelo Sexto consulado de Honório Augusto* 1-5a.

São estes os primeiros quatro versos e meio do panegírico dedicado ao sexto consulado do jovem Honório. O texto começa com uma referência à

¹ Ver Dewar 1996 xxvi-xxvii. Este autor considera que o *Sexto panegírico* tem influências do tipo de discurso sobre o *Adventus* do rei numa cidade.

Fortuna Regressada a Roma (supõe-se ter ela estado ausente durante algum tempo). Claudiano começa, pois, o seu poema (recorde-se que se destinava a ser declamado na presença do imperador e do senado, provavelmente em pleno Palatino; Dewar 1996 xliv-xlv) por um tópico que aponta para o passado e que deve constituir chave de leitura de toda a composição. Diz Claudiano que, se outrora os antigos haviam dedicado templos à *Fortuna Redux*, nunca como agora, com Honório, depois do ‘abandono’ a que a Cidade tinha sido votada pelos anteriores imperadores e de o perigo ter voltado a estar ‘às portas’ com os Godos de Alarico, uma tal celebração do regresso da deusa Fortuna pareceria mais adequada, salvas que estavam a Urbe e as trábeas consulares.

Retornaria, pois, a Fortuna a Roma com o Imperador: no espaço, com o cortejo processional, encenava-se o regresso do imperador à Cidade; no tempo, o retorno à Roma antiga, tal como ela tinha sido outrora. Nesse sentido, o imperador no seu carro (e quase podemos imaginá-lo), rodeado por senadores e a avançar pela Via Flamínia, representava simbolicamente o regresso feliz da *Fortuna* a terras de Roma, de novo, como outrora, metonímia do Império.

Que o senado tenha sido o primeiro a mandar erigir um altar à *Fortuna Redux*, em 15 de Dezembro de 19 a.C. (Fast. Amit. ad IV Id. Oct. et ad XVIII Kal. Ian.; Fast. Cum. ad XVIII Kal. Ian. Cf. Platner, Ashby 1929, s.u. *Fortuna Redux*), é sinal de um tópico que acompanha o principado desde a sua fundação. Ao colocar o regresso de Honório sob a égide da Fortuna e ao recordar a dedicação de templos, é possível que Claudiano trace implicitamente o paralelo com o fundador de Principado, atribuindo uma dimensão simultaneamente augustana e senatorial à entrada de Honório em Roma.

De resto, não pode ser por acaso que, em latim, a primeira palavra do poema seja *aurea*, ‘áureos’. A palavra refere-se aos templos de telhados de ouro; mas esconde certamente outro sentido: é como se esta primeira palavra projectasse sobre toda a composição o «ouro» como marca dos tempos que regressavam à Cidade, funcionando como chave de leitura ideológica do panegírico. Como com Augusto, a idade do ouro voltaria a caracterizar os novos tempos, e é sob esse signo que Claudiano procura louvar a actuação de Honório/Estilício e assegurar a Roma a felicidade sempiterna.

A palavra *reditus*, ‘retorno’, aparece apenas duas vezes neste *Panegírico*. Uma, é esta, logo no início. A segunda ocorrência surge no contexto do regresso de Alarico à Ilíria, saindo da Itália, empurrado pelas legiões romanas (*VI cons. Hon.* 268). Os dois regressos vão assim em direcções opostas: referem-se a um Romano (o próprio imperador) e a um bárbaro. Contudo, implicam-se: o regresso de Honório a Roma é paralelo à libertação e segurança da Itália, como nos tempos áureos de outrora.

E, porque é de regresso que se fala, Claudiano apresenta sinais efectivos que o comprovariam. Já o referi: Honório procurou comportar-se em Roma

não como um *dominus*, mas como um cidadão (cf. *VI cons. Hon.* 559), exibindo deferência pelos *pais* e mostrando-se um com eles²: ora se fez transportar entre os senadores (*VI cons. Hon.* 551), ora, submetendo-se ao juízo do senado (591: *sub iudice senatu*; repare-se na introdução significativa da preposição, num contexto em que o ablativo simples seria suficiente), convocou o povo aos rostros e apresentou aos *patres* as causas e a ordem dos acontecimentos e das suas acções (*imperii facta*), seguindo os exemplos dos antigos (590: *ueterum exempla secutus*), ora correspondeu ainda à ovação da plebe no Circo (612-617). É verdade que o discurso de Honório no senado deve ter sido um *flop* (Cameron 1970 385-386). De facto, não será demasiada imaginação supor que o imperador estivesse perdido de nervos, quando o sentaram em plena Cúria Júlia, ainda de pé sob o peso de mais de quatrocentos anos de um passado de generais, cônsules e príncipes. Contudo, talvez regressar ao passado significasse também regressar aos tempos de um Império que encontrava no *forum Romanum* e na Cúria o seu centro e o seu sustentáculo humano (na elite que o governava) e ideológico (na superioridade dessa elite); ali, o imperador que balbuciava palavras nervosas seria mais um com eles e não seu senhor.

5. Creio que não foi ainda suficientemente explorada a interpretação histórica desta *Fortuna Regressada* com que Claudiano inicia o *Panegírico pelo sexto consulado de Honório*. Efectivamente, julgo haver vários sinais de que, no contexto da monarquia imperial do início do século V, este era um tópico que apontava directamente para a política senatorial de Estilício/Honório. De facto, dizer que a *Fortuna* regressava a Roma não poderia significar que o Imperador chegava à Urbe para aí agir como um monarca, à maneira de Milão ou de Constantinopla, contra o senado ou apesar do senado. Pelo contrário, anunciar o regresso da *Fortuna* só podia significar o reposicionamento do senado romano no seu justo lugar político, após anos de afrontas e humilhações.

De facto, se houve alguma coisa que mudou nos primeiros anos do governo de Estilício-Honório foi a política que Teodósio tinha mantido com o senado de Roma. O último episódio desta relação tumultuosa traduzira-se no apoio de boa parte dos senadores a Eugénio, que assumira em Lyon a púrpura, em 392, sem esperar pela aquiescência de Teodósio, imperador ainda em Constantinopla. O assunto resolvera-se a mal, com a batalha do lago Frígido, na qual Eugénio e os senadores foram derrotados. Como já vimos, Teodósio fez questão de celebrar o triunfo em Roma (Williams, Friell 1994 90-121).

Por isso, quando Honório sucedeu ao pai na metade ocidental do Império (o seu irmão mais velho, Arcádio, ficara com o Oriente), não granjeava por

² Já Constâncio II, procurara encenar proximidade, quando da sua visita a Roma (Amm. 16.10.13).

certo a simpatia de muitos dos membros da Cúria. Daí, talvez, a sua pouca vontade em visitar a Cidade; até que, por causa de Constantinopla, a corte milanesa foi obrigada a mudar de estratégia.

O conflito entre as cortes de Milão e de Constantinopla é complexo; radica menos na antipatia entre os imperadores irmãos do que na disputa pelo poder entre os homens que de facto governavam, Estilício, no Ocidente, e primeiro Rufino e depois Eutrópio, no Oriente. O episódio central foi a declaração de Estilício como ‘inimigo público’ no Verão de 397, por parte do senado de Constantinopla (Zos. 5.11.1). Esta declaração tornava nulas as suas acções e deixava o regente de Honório fora-da-lei e sem grande espaço de manobra política e militar.

Ao mesmo tempo, e por certo de forma concertada, logo no Outono de 397, Gildão (*PLRE* 1.395-396, ‘Gildo’), um príncipe berbere do Norte de África, suspendeu os envios de cereais para a Itália: sem cereais da Proconsular e sem cereais do Egipto (este sob domínio directo de Constantinopla), tardaria pouco para que os efeitos da fome se fizessem sentir em território itálico. E, sem legitimidade legal reconhecida pelo Oriente, Estilício via-se de mãos atadas, e correndo o risco de ser considerado o culpado pela situação (Cameron 1970 93-123, Long 1996 222-238).

Estilício jogou então uma boa cartada: procurou o apoio do senado em Roma (antes que fosse este a pedir a sua cabeça; cf. *Stil.* 1.325-332). Bem a propósito, ‘já Estilício recupera o costume negligenciado durante tantos séculos’, pôde Claudiano cantar em 400, numa variação que apontava já para o tópico ideológico do regresso ao passado (*Stil.* 1.327-329). Esse costume aqui referido era o de fazer depender do senado a declaração formal de uma guerra. De facto, o discurso da declaração de guerra a Gildão coube ao famoso Símaco, um dos mais prestigiados senadores. Restaurada a iniciativa senatorial, Gildão foi derrotado, pondo fim à própria vida em 398.

Neste último ano, Estilício foi ainda mais longe na recuperação dos poderes da Cúria: devolveu aos senadores o seu antigo direito de julgar magistrados acusados de algum crime (Claud. *Stil.* 3.99-119; cf. Cameron 1970 234-235). Percebe-se porquê: como ‘inimigo público’, Estilício estava muito limitado para perseguir judicialmente os governadores do Norte de África, que tinham sido nomeados entretanto por Constantinopla e/ou que tinham apoiado Gildão, clara ou tacitamente. No entanto, seriam irrepreensivelmente legais os processos instaurados e conduzidos pelo senado de Roma, de acordo com a tradição.

Entretanto, em 399, Eutrópio cai em desgraça no Oriente e é executado (Cameron 1970 143-149). E Estilício pôde finalmente ser designado cônsul para o ano 400. Assume o cargo em Milão, mas convida os senadores para a investidura (Claud. *Stil.* 2.408-413). Na presença do senado deslocado

a Milão, Claudiano há-de declamar os Livros I-II do seu *Panegírico pelo consulado de Estilicão* (Cameron 1970 232-233). Quando Estilicão visita Roma provavelmente no mesmo ano, Claudiano há-de acompanhá-lo e ali recita o livro III do *Panegírico pelo consulado de Estilicão*, onde o tópico do regresso ao passado volta a aflorar e onde se encontra o mais importante louvor da Cidade na literatura do século IV (Claud. *Stil.* 3.130-160). Em plena Roma, Claudiano salienta o papel do senado na guerra contra Gildão e na punição dos culpados, apresentando explicitamente a acção do imperador como sujeita ao arbítrio da Cúria (vv. 113-119); é por certo um exagero, mas aponta para o regresso idealizado ao passado e é sinal das boas relações entre Honório/Estilicão e a Cúria.

Pouco mais tarde, perante a ameaça de Alarico, em pleno Inverno de 401-402, o senado decide enviar aquele mesmo Símaco até Milão, para pedir o apoio imperial (Symm. *epp.* 4.9, 5.94, 5.95, 5.96, 7.13, 7.14; cf. Barnes 1976 381-383). Depois, no final de 402, e apesar do seu conhecido paganismo, Honório permitirá que o senador Flávio Rumorido, um reputado militar, assuma o consulado nada menos do que com o pequeno Teodósio, o herdeiro de Arcádio (*PLRE* 1.786, 'Flavius Rumoridus'). Na mesma altura, antes de 6 de Dezembro de 402, o prefeito da Cidade, um cristão chamado Macróbio Longiniano (*PLRE* 2.686-687, 'Flavius Macrobius Longinianus'), correspondente de Agostinho de Hipona, foi substituído por Cecina Décio Albino (cf. *Cod. Theod.* 7.13.15), um senador pagão (*PLRE* 1.35-36, 'Caecina Decius Albinus Iunior 10'). Estes casos mostram que Honório e Estilicão estavam longe, antes pelo contrário, de hostilizar os pagãos do senado.

Depois, em 404, é o próprio imperador quem regressa a Roma, o principal sinal de uma *Fortuna Regressada* que recentra politicamente o senado.

6. É particularmente relevante o primeiro sinal efectivo deste regresso do passado, referido por Claudiano no *Panegírico pelo sexto consulado de Honório*. Logo no início da composição, Claudiano assegura que este sinal teria sido a escolha de Honório para o consulado, nada menos do que em eleições tradicionais nos até então extintos comícios centuriatos, no Campo de Marte (vv. 5-10).

[...] não já o solene campo e a urna fingem
como de costume, nem brilha quem tem uma língua diferente
ou a aparência estrangeira de um direito forjado.
O Palatino natal recebe as vestes romanas
E, enquanto aos castros pátrios Quirino associa a plebe,
Marte recupera os augustos sufrágios do seu campo".
Claudiano, *Pelo Sexto consulado de Honório Augusto* 1-10.

De facto, o Campo de Marte tinha sido o local onde, na República antiga, se elegeram os cônsules. E Claudiano é explícito: as eleições do Campo de Marte não teriam agora sido simuladas, fingindo um processo que anteriormente era decidido noutro lado (em Milão) e por outros que não o ‘povo romano’; nas eleições não vencera aquele que falava um deficiente latim nem aquele que, parecendo estrangeiro (Claudiano usa a palavra técnica ‘peregrino’), simulava ter direito a desempenhar as magistraturas romanas, numa óbvia referência aos homens de extracção germânica que as vinham assumindo; de novo, no Campo de Marte se recuperara os sufrágios augustos. Este último adjectivo remete para o prestígio das eleições consulares e para o facto de nestas últimas, em 403, se ter elegido o próprio *Augusto*.

Estará Claudiano a usar de liberdade poética, apenas para prestigiar a eleição de Honório? Ou, de facto, procurou-se recuperar, em 403 d.C., o antigo costume das eleições consulares no espaço dos *Saepta Iulia*, ali mesmo ao lado do Panteão, no coração do Campo de Marte? Em ambos os casos, tratar-se-ia de um sinal do regresso da *Fortuna*; no segundo caso, estaríamos perante uma concretização desta reivindicação. Tenha esta eleição sido encenada em Roma ou seja ela um mero motivo poético, em ambos os casos era sempre o regresso ao passado que se pretendia garantir (cf. Dewar 1996 66-70).

8. Claudiano refere também outro acontecimento, porventura ainda mais simbólico deste regresso ao passado que implicava a revalorização do senado.

Efectivamente, enquanto Honório falava ao senado, em plena Cúria Júlia, ao olharem para ele os senadores deparavam com uma parede de 21 metros de altura por trás do príncipe. Ora, no *Panegírico pelo sexto consulado*, Claudiano reage como se ainda aí se encontrasse um dos principais símbolos do senado, a estátua tarentina da grande deusa alada Vitória. Canta Claudiano (*VI cons. Hon. 597-602*):

Presente nos seus templos estava a alada Vitória,
da romana toga protectora: com as suas ricas asas
ampara o reverendo sacrário da reunião do senado
e dos teus castros ela mesma companheira incansável
goza agora os seus votos e para todo o sempre
se entrega a ti e tu a ela no tempo.

É particularmente difícil de interpretar este passo. Não que seja muito espinhoso este latim de Claudiano; mas é difícil de perceber a que é que ele se está, *de facto*, a referir. Naturalmente, Claudiano recupera aqui o tópico da vitória militar; é um tema óbvio, já que se celebrava também a vitória romana sobre Alarico. E nem sequer é necessário que presumamos um ambiente não cristão, já que o ‘maravilhoso pagão’ corresponde a um tópico mais literário do que

propriamente religioso: seria perfeitamente possível que, no contexto da poesia latina do século IV, um cristão ouvisse sem grandes sobressaltos referências explícitas às divindades pagãs: Honório e Estilício, por exemplo, eram cristãos. Contudo, nem Cameron é capaz de dizer que, neste passo concreto, estamos no plano do puro convencionalismo literário (Cameron 1970 386). De facto, a deusa Vitória era nada menos do que a divindade em torno da qual tinha rebentado uma das maiores polémicas entre cristãos e pagãos dos últimos anos.

Desde o principado de Augusto, ou seja, desde a inauguração da Cúria Júlia, tinha existido na parede noroeste interior do edifício um altar dedicado à deusa Vitória: tinha sido erguido ainda em 29 a.C., para celebrar Áccio, e Augusto mandara aí colocar uma já antiga estátua da deusa alada Vitória, trazida de Tarento.

Ora, com a conversão ao cristianismo no século IV, os imperadores cristãos continuavam a gostar de poesia povoada de deuses, mas deixaram de achar adequada a presença do altar na Cúria, e sobretudo os sacrifícios que aí se faziam (normalmente fumigações de uns quantos grãos de incenso, que cada senador deveria queimar antes de tomar o seu lugar). Em 357, Constâncio II mandara retirar o altar (Symm. *Rel.* 3.5,3.7; cf. Edbrooke, 1976); mais tarde, fora reinstalado, talvez com Juliano, para depois o imperador Graciano, em 382, voltar a ordenar a sua remoção (Symm. *Rel.* 3). Depois, Eugénio recolocara-o, algures em 392-394 (Ambr. *ep.* 57.6), para ser logo depois retirado de novo por Teodósio, quando da sua segunda e última visita a Roma. Este vai-e-vem do altar fizera estalar o verniz entre muitos senadores romanos e a corte cristã de Milão. Um dos mais prestigiados e cultos senadores, aquele mesmo Símaco que fora incumbido de declarar guerra a Gildão, tinha procurado interceder junto de Valentiniano II e de Teodósio, para que permitissem a reinstalação do altar (*Relatio* 3). Debalde, em grande parte graças à tenaz oposição do poderoso bispo Ambrósio de Milão (*ep.* 17, 18).

Que, no ano 402, dois anos antes do *Panegírico pelo sexto consulado de Honório*, Prudêncio tenha dedicado todo o Livro II do seu poema *Contra Símaco* a este tema mostra que ele estava longe de estar enterrado (Cunningham 1966, *CCSL* 126). E não se pense que o tema da Vitória apenas surge no *Panegírico pelo sexto consulado de Honório*. Já antes ele tinha merecido uma ainda mais ampla referência da parte de Claudiano: no Livro III do *Panegírico pelo consulado de Estilício* (vv. 203-208, 213-219a), também declamado em Roma, no ano 400, tinha cantado Claudiano:

Quão altas as aclamações dos próceres, quão completa
A alegria, quando, ao erguer-se para o alto, com as suas asas
A própria Vitória abre ao general o sagrado templo.
Ó tu que te alegras com a verde palma e és amiga dos troféus
Virgem protectora do império, que sozinha curas

As feridas e nos ensinas a não sentir o trabalho;
 [...]

Fica no Lácio para sempre e aos votos do teu senado,
 Ó deusa, atende. Que Estilicão adorne muitas vezes os teus
 Portais e te traga sempre de volta aos castros.
 A ele, acompanha-o favoravelmente nas guerras, a ele trá-lo com a toga
 Para os conselhos. Ele sempre te conduziu em tempos de paz,
 te conservou, pia, entre os vencidos e nunca manchou
 os teus louros com a violência.

Cameron defende que Claudiano se esteja sempre a referir à *estátua*, mas não ao *altar* da Vitória: este autor propõe que essa estátua da Vitória sempre tenha permanecido no interior da Cúria, impondo-se à vista de quem entrava, embora sem sacrifícios desde os tempos de Graciano; o altar andara para cá e para lá, mas a estátua continuaria bem visível (Cameron 1970 239-240). De facto, em lado algum se refere Claudiano a um altar; e concedo que a manutenção da estátua teria menos gravidade do que a do altar: afinal, em 29 de Janeiro de 399, um edicto de Honório procurara garantir a conservação das estátuas antigas, contra a destruição que muitos cristãos consideravam necessária (*Cod. Theod.* 16.10.15). Para Cameron, Claudiano estaria a recuperar um tema caro aos senadores pagãos; não falando da restauração do altar da Vitória, Claudiano procuraria agradar ao seu auditório mais pagão, mostrando respeito e garantindo a presença da deusa alada; ao mesmo tempo, alinhava Estilicão, o seu patrono, ao lado dos senadores e dos seus desejos, sem o comprometer com qualquer decisão (Cameron 1970 237-241).

Ora, creio que Claudiano teria arriscado demasiado a interpretação do seu poema, se este apenas se referisse a convenções que piscavam o olho aos senadores pagãos, mas que não falavam de facto sobre o altar. De resto, o texto era certamente ambíguo até para a própria Cúria: ao falar da Vitória em plena cidade de Roma, é claro que Claudiano podia estar a referir-se apenas à estátua. Contudo, tinha também de fazer lembrar o altar, que é, sem dúvida, a primeira coisa que vem à cabeça; à nossa e, por certo, à dos senadores romanos, para quem esse continuava a ser tema de conversa (veja-se Prudêncio). Convenhamos que, mesmo supondo o carácter convencional dos deuses pagãos, uma coisa seria falar da abstracta deusa *Fortuna*; outra, bem diferente, da *Victoria*, que tinha constituído símbolo da derrota humilhante do senado no braço de ferro com a corte milanesa. Os senadores não eram tolos ou indivíduos pouco sofisticados. E a referência explícita, em duas ocasiões (nos panegíricos a Estilicão e pelo sexto consulado de Honório), à Vitória em moldes ambíguos que mostrariam a ‘veneração’ (a palavra é de Cameron 1970 238) do regente pela deusa não era de molde a agradar à Cúria e arriscava-se a ser entendida como uma provocação.

É o próprio Claudiano que não quer deixar dúvidas: no *Panegírico pelo sexto consulado de Honório*, a Cúria é apresentada como ‘templo’ (*templis*) da Vitória. No *Panegírico pelo consulado de Estilício* referia-se também explicitamente a *aedes* da deusa Vitória, e nada indica que Claudiano esteja a mencionar o tão antigo templo da Vitória que existia no Palatino, como defende Cameron (1970 238). É verdade que, como adverte Dewar, o carácter sacral da cúria é louvado já por Vergílio e por Horácio, e que, tecnicamente, a cúria tinha sido inaugurada, isto é, o seu local tinha sido constituído como sagrado pela consulta dos augúrios (Dewar 1996 395). Contudo, o carácter sacral da Cúria podia ter sido esquecido por Claudiano, até para evitar más interpretações, e não o foi. Pelo contrário, mais à frente, ainda insiste: a Cúria é um sacrário, um local sagrado que deve ser venerado; e é protegida pela Vitória. Mas, Claudiano vai ainda mais longe.

Em todos os manuscritos do *Panegírico pelo sexto consulado de Honório* que chegaram até nós (cf. Dewar 1996 40, v. 601), encontra-se a expressão ‘fruitur uotis’ (*VI cons. Hon. 601; lit. ‘goza dos votos/desejos’*), referindo-se à própria Vitória. Sem qualquer apoio nos manuscritos, mas precisamente porque a expressão é ambígua, Dewar (1996 397) propõe a alternativa ‘fruitur iunctis’ (‘goza da união’, *scil. dela própria, Vitória, com o imperador*). Francamente, não vejo razão para aceitar a emenda; não vejo por que razão os votos de que a Vitória estaria a gozar com o regresso de Honório não poderiam ser os únicos que conhecemos no contexto da ‘vida’ recente da deusa: os votos pela restauração do seu altar.

A alternativa que proponho é, no fundo, que se recupere a antiga tese de Birt, para quem em 399-400, no contexto do consulado de Estilício, o altar da Vitória teria sido restaurado em Roma (Birt 1885 lviii n.1). Esta possibilidade explicaria bem, sem quaisquer malabarismos interpretativos, o texto de Claudiano. Francamente, não vejo o que se perde em termos de entendimento histórico da época ao considerar esta restauração como facto. Contextualmente, ela explicar-se-ia muito bem: inserir-se-ia na inversão da política senatorial de Teodósio. Estilício estava numa posição débil e precisava da legitimação que os ‘pais’ lhe podiam conferir. Neste contexto, entende-se bem que a reinstalação do altar da Vitória se incluísse no âmbito de um tópico ideológico que reclamava como actual o regresso ao passado – esse regresso ao passado, anunciado por Claudiano desde 400, com o *Panegírico a Estilício*, encontraria na restauração do altar augustano da Vitória um dos seus melhores símbolos.

Dir-se-á que nenhuma outra fonte refere este facto, que teria certamente causado alguma reacção. Contudo, o altar da Vitória já tinha sido retirado da Cúria em 357 (*Ambr. ep. 18.32, Symm. rel. 3.4, 3.6*), e também sabemos que ele foi com toda a certeza restaurado antes de Graciano o voltar a remover

em 382. Contudo, nenhuma fonte nos diz quando isso ocorreu, embora seja provável que os senadores tenham aproveitado o principado de Juliano. Mesmo a polémica que opôs Símaco a Ambrósio sobre o altar da Vitória apenas nos é conhecida pelos textos destes dois autores e pelo de Prudêncio. Jerónimo, que viveu em Roma entre 383 e 385, não menciona esta polémica na sua abundante correspondência, logo ele que nessa altura gravitava nos círculos senatoriais cristãos. Agostinho de Hipona, que na época devia estar em Milão, também nunca a refere. Ou seja, não creio que a ausência de referências a estoutra restauração do altar seja sinal suficiente para descartá-lo como mero fruto da imaginação poética ou como possível modo de captar a simpatia dos pagãos da Cidade.

De resto, não é bem verdade que não haja qualquer referência a este tema da restauração do altar da Vitória no início do século V. Já referi que Prudêncio escreveu em 402 um longuíssimo poema em 2 livros, *Contra Símaco*. No segundo livro, ele recupera os argumentos de Símaco a favor do altar da Vitória para os rejeitar. Cameron e, mais recentemente, Michael Brown, consideram que o *Contra Símaco* procura retomar argumentos contra o senador pagão, mas do ponto de vista puramente formal, sem que a questão do altar tivesse voltado a surgir (cf. também Brown 2003 8-20). É verdade que também Orígenes escreveu o *Contra Celso* oitenta anos depois da obra deste autor, e que o próprio Prudêncio, nos seus *Hamartigenia*, atacava Marciano, que vivera trezentos anos antes. Contudo, estes argumentos não me parecem decisivos. Nada impede que, como Timothy Barnes também admite, Prudêncio esteja a responder ao recrudescimento da polémica (Barnes, 1976). Em bom rigor, devemos admitir a nossa ignorância; e não devemos, desnecessariamente, descartar qualquer das hipóteses. O meu ponto é o seguinte: a revisitação da polémica em torno do altar da Vitória por parte de Prudêncio surgiu precisamente ao mesmo tempo, o que é uma extraordinária coincidência, em que aparecia o mesmíssimo tema na poesia de Claudiano. E, creio, essa possibilidade deve ser tida em conta.

*

Entendo assim que o *Panegírico pelo sexto consulado de Honório* se insere num ambiente de recuperação das tradições políticas ‘urbanas’ em Roma do final do século IV-início do século V. A situação militar mostrava dificuldades e as relações com Constantinopla mantinham-se tensas; em Roma, a dinastia de Teodósio nunca fora bem aceite; o imperador era demasiado jovem e sem talento para assumir a direcção política do Império, deixando o poder nas mãos de Estilício, que se tornara o governante *de facto*. É num contexto em que a sua posição é questionada a Oriente e em que o solo italiano se encontra ameaçado como nunca nos últimos quinhentos anos, que Estilício procura o apoio da Cidade: reforça os poderes do senado; recupera talvez, pelo menos em 403,

o modelo antigo das eleições no Campo de Marte; e, já antes disso, permite possivelmente a restauração do altar da Vitória.

Podemos imaginar que a entrada de Honório em Roma tenha assistido a um imperador amedrontado, habituado a uma etiqueta distanciadora e agora lançado à multidão romana, barulhenta, curiosa, tantas vezes impiedosa, ou a senadores acostumados a um *dolce far niente* que Alarico se atrevera a pôr em causa. O *Panegírico pelo sexto consulado de Honório* foi o último trabalho (conhecido) de Claudiano – não deixou outro registo depois de 404. Estilicão vê fracassada a sua política e acabará derrotado e executado em 408. Em 24 de Julho de 410, foi a vez de Alarico, regressado a Itália, entrar na Cidade, para a saquear durante três dias. Os senadores, que apenas seis anos antes haviam acolhido Honório e a Fortuna que ele simbolizava, fugiram para as suas terras do sul da Itália, da Sicília ou do Norte de África; e a Vitória que abrisse as suas asas para o pequeno imperador foi deixada para trás. Em Itália, cercado no seu reduto de Ravena, ficou Honório. Ser capaz de encenar um regresso ao passado, teria sido uma boa possibilidade de sobrevivência. Não podia saber o que o esperava. Falhou redondamente.